

LICENÇA



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Fonte:

<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/4449>. Acesso em: 21 nov. 2024.

Referência

SILVA, Larissa Camilo de Souza Lima e; GARCIA, Letícia Clipes; SOARES, Marco Túlio Bones. Preservação e planejamento urbano: georreferenciamento das edificações tombadas da rua niquelina em Belo Horizonte/MG. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, Curitiba, v. 22, n. 5, e4449, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/oelv22n5-005>. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/4449>. Acesso em: 21 nov. 2024.

Preservação e planejamento urbano: georreferenciamento das edificações tombadas da rua niquelina em Belo Horizonte/MG

Preservation and urban planning: georeferentation of buldings listed from niquelina street in Belo Horizonte-MG

Conservación y ordenación urbana: georreferenciación de edificios derrumbados por la calle niquelina en Belo Horizonte/MG

DOI: 10.55905/oelv22n5-005

Receipt of originals: 04/02/2024

Acceptance for publication: 04/22/2024

Larissa Camilo de Souza Lima e Silva

Doutora em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Instituição: Centro Universitário UNA

Endereço: Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

E-mail: larissa.silva@ulife.com.br

Letícia Clipes Garcia

Mestre em Arquitetura e Urbanismo área de concentração em Teoria, Produção e Experiência do Espaço

Instituição: Fundação Israel Pinheiro

Endereço: Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Email: lclipesg@gmail.com

Marco Túlio Boones Soares

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo área de concentração em Tecnologia, Ambiente e Sustentabilidade

Instituição: Faculdade de arquitetura da Universidade de Brasília (FAU - UNB)

Endereço: Brasília, Distrito Federal, Brasil

E-mail: tulio.boones@gmail.com

RESUMO

Este artigo discute a relação entre a preservação do patrimônio cultural e o planejamento urbano através do georreferenciamento de edificações, tomando como objeto de estudo o eixo denominado aqui como Niquelina-Juramento, duas ruas do bairro Santa Efigênia, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Essas vias constituem um espaço urbano que permeia a história da cidade desde antes de sua construção como hoje a conhecemos. A partir de uma análise histórico-cartográfica e urbanística, busca-se uma compreensão crítica das alterações dos usos, das tipologias e materialidades dos imóveis locais tombados pela prefeitura municipal, entre os anos de 1942 e 2015. Para isso, analisou-se, sob a luz de bibliografia pertinente, cartogramas, aerocartas, plantas, textos e outros

documentos disponíveis sobre o período, com vista a melhor discutir a aplicação (ou ausência) de instrumentos para proteção da patrimonialidade urbana e arquitetônica deste espaço, suas implicações econômicas, sociais e culturais. A partir desta análise, elaborou-se o georreferenciamento das edificações inscritas no livro de tomo da cidade pertencentes a esse eixo, apresentando um mapeamento que permite a leitura das intersecções entre o planejamento urbano a preservação histórica da região.

Palavras-chave: Patrimônio Urbano, Conjunto Urbano, Preservação, Santa Efigênia, Belo Horizonte.

ABSTRACT

This article discusses the relationship between the preservation of cultural heritage and urban planning through the geo-referencing of buildings, taking as object of study the axis denominated here as Niquelina-Juramento, two streets of the Santa Efigênia neighborhood, in the city of Belo Horizonte, Minas Gerais. These roads constitute an urban space that permeates the history of the city since before its construction as we know it today. Based on a historical-cartographic and urbanistic analysis, a critical understanding is sought of the changes in the uses, typologies and materialities of the local properties listed by the municipal government, between the years 1942 and 2015. To this end, cartograms, aircharts, plans, texts and other available documents on the period were analyzed, in the light of relevant bibliography, with a view to better discussing the application (or absence) of instruments for the protection of the urban and architectural patrimony of this space, its economic, social and cultural implications. From this analysis, the geo-referencing of the buildings inscribed in the tomo book of the city belonging to this axis was elaborated, presenting a mapping that allows the reading of the intersections between urban planning and the historical preservation of the region.

Keywords: Urban Heritage, Urban Set, Preservation, Santa Efigenia, Belo Horizonte.

RESUMEN

Este artículo discute la relación entre la preservación del patrimonio cultural y la planeación urbana a través de la georreferenciación de edificios, tomando como objeto de estudio el eje denominado Niquelina-Juramento, dos calles del barrio Santa Efigênia, en la ciudad de Belo Horizonte, Minas Gerais. Estos caminos constituyen un espacio urbano que impregna la historia de la ciudad desde antes de su construcción como la conocemos hoy. A partir de un análisis histórico-cartográfico y urbanístico, se busca una comprensión crítica de los cambios en los usos, tipologías y materialidades de las propiedades locales catalogadas por el gobierno municipal, entre los años 1942 y 2015. Para ello, se analizaron cartografías, cartas aéreas, planos, textos y otros documentos disponibles sobre el periodo, a la luz de la bibliografía pertinente, con miras a discutir mejor la aplicación (o ausencia) de instrumentos para la protección del patrimonio urbano y arquitectónico de este espacio, sus implicaciones económicas, sociales y culturales. A partir de este análisis, se elaboró la georreferenciación de los edificios inscritos en el libro de tumbas de la

ciudad pertenecientes a este eje, presentando una cartografía que permite la lectura de las intersecciones entre el planeamiento urbano y la preservación histórica de la región.

Palabras clave: Patrimonio Urbano, Conjunto Urbano, Preservación, Santa Efigenia, Belo Horizonte.

1 INTRODUÇÃO

As medidas de proteção cultural discutem as relações da cidade com seu patrimônio edificado, e fazem uso de ferramentas como levantamentos e mapeamentos que permitem identificar as regiões que possuem interesse cultural. A relação da contemporaneidade com os elementos arquitetônicos e urbanísticos do tempo passado precisam estar alinhadas com o planejamento urbano para que o acervo arquitetônico não seja subjugado à especulação imobiliária e à “modernização” dos centros urbanos.

O monitoramento preventivo das edificações é um desafio para os órgãos de preservação patrimonial devido a extensão do território brasileiro e o contingente de profissionais que, além da questão geográfica, precisam lidar com a falta de pertencimento do cidadão para com o bem. Entretanto, há, ainda que tímida, uma expansão no georreferenciamento do patrimônio protegido no Brasil, sendo o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) o órgão responsável por georreferenciar aproximadamente 26 mil sítios arqueológicos brasileiros até o ano de 2018 [1], e o IEPHA-MG (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) por georreferenciar os bens culturais protegidos no estado de Minas Gerais [2].

Ainda, na cidade de Belo Horizonte, tem-se o cadastro georreferenciado de bens imóveis desde o ano de 2013, cujo acesso é pela plataforma digital “Guia do Bem” [3]. Essa plataforma engloba pesquisa, organização e apresentação de bens arquitetônicos tombados nas esferas municipal, estadual e federal. Contudo, apesar do alcance da ferramenta, ainda existem edificações e eixos que são descaracterizados ou demolidos por não estarem dentro de áreas de interesse cultural. Neste contexto, uma discussão se faz necessária a fim de identificar os bens que estão às margens dessas áreas e relacioná-las como parte do contexto da cidade. Frente a isso, pleiteou-se como objeto de estudo as

Ruas Niquelina e Juramento – a “antiga Rua Sabará” –, que representam um eixo histórico relevante para a história da cidade, tendo em vista sua participação intrínseca em seu processo de construção.

Nessa perspectiva, faz-se neste trabalho uma análise da cartografia oficial em diferentes momentos da história da cidade, para tecer uma reflexão sobre as modificações ocorridas nesse eixo de estudo, comparando a densidade de ocupação ao longo das vias, a permanência, a modificação e/ou demolição de imóveis ao longo dos anos e suas consequências. Assim, busca-se incitar a discussão acerca da patrimonialidade do eixo, levando em conta sua preservação e o seu tratamento pelos órgãos competentes, de modo a oferecer um diagnóstico do diálogo entre as temporalidades arquitetônicas e urbanísticas do local.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa apoia-se em dados qualitativos, que consiste na análise documental (cartografias oficiais) e bibliográfica, e quantitativos (dados estatísticos), para facilitar a compreensão dos sentidos social, econômico, urbano e histórico dos lugares registrados nessas representações cartográficas. Ademais, foi realizado o mapeamento da área delimitada para o estudo: toda a Rua Niquelina e os primeiros 700 metros da Rua Juramento, que são continuação daquela. Tal mapeamento foi feito com base na planta oficial da Prefeitura de Belo Horizonte, em formato *.dwg*. Optou-se pelo mapeamento em formato GIS (*Geographic Information System*), a fim de compatibilizar o georreferenciamento com os dados do patrimônio arquitetônico do eixo e robustecer o intercâmbio de dados.

Juntamente ao georreferenciamento, analisou-se os levantamentos cartográficos (aerocartas) elaborados pela Prefeitura de Belo Horizonte em datas variadas. Com isso, obteve-se uma série de documentos cartográficos [4] digitalizados em ordem cronológica, datados entre 1942 e 2015. A escolha das aerocartas de 1942, 1972, 1989 e 2015 tem por objetivo oferecer um leque aberto das variações temporais da ocupação do território em questão.

3 O CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL

A cidade de Belo Horizonte tem sua criação no federalismo republicano, no qual era possível aos estados transferirem a sua capital para outra cidade. Com isso, houve a substituição da antiga capital político-administrativa, a cidade de Ouro Preto – considerada estagnada e decadente – por uma cidade moderna e planejada: a Cidade de Minas [5]. Sob coordenação de Aarão Reis, engenheiro e urbanista, a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) organizou os primeiros estudos preliminares e o plano da cidade a ser implantada sobre o pacato distrito Curral d’El-Rei [6]. O plano foi impresso sobre o modesto sistema viário existente e, em 12 de dezembro 1897, a nova cidade era inaugurada, expressando um “projeto de modernização, propondo uma cidade organizada em bases técnicas apuradas” [5].

No entanto, “os trabalhos realizados dentro do prazo fatal (...) dado pelo Congresso Mineiro para a instalação da nova capital, foram, para todos os efeitos, apenas uma etapa da construção da cidade, o seu passo inicial” [5]. Essa etapa de trabalho teve como objetivo o planejamento de três zonas: urbana, dentro da Avenida do Contorno; suburbana, lindeira à Avenida do Contorno; e rural, lindeira à zona suburbana [5]. Para a zona urbana, previa-se a população de 30.000 habitantes, tendo como eixo longitudinal a Avenida Afonso Pena. No vértice leste, “alguns lotes da VIII seção suburbana foram demarcados para os soldados da Brigada Policial” [5] após a construção do quartel do 1º Batalhão na Praça Belo Horizonte (atual Praça Floriano Peixoto) [7]. Com isso, houve uma intensificação na ocupação da área implantada, e o surgimento do então Bairro do Quartel, hoje nomeado como Bairro Santa Efigênia [8].

Conectada à praça Belo Horizonte, a estrada de Sabará serviu como principal ligação ao município homônimo e à capital republicana, Rio de Janeiro. A saber, o caminho da antiga Estrada de Sabará teve parte de seu traçado mantido pelo desenho urbano da Nova Capital, perpetuando-se assim um trecho do antigo Curral d’El-Rei. Como Rua Niquelina e Rua Juramento, essa fração da Estrada permanece no traçado urbano, porém, com vestígios demasiados discretos e dramaticamente surrados da sua longa existência enquanto caminho. A Rua Niquelina se inicia no ponto de conexão com

o contorno central da cidade, a chamada Avenida do Contorno [9]. A Rua Juramento segue como um prolongamento da Rua Niquelina, adentrando-se ao subúrbio, ficando há 1700 metros de distância da Avenida do Contorno. Dada sua ocorrência através de tempos distintos, e logo, em urbanidades também distintas, este trecho se configura como impreterível fonte da história de Belo Horizonte. Atravessado pelo tempo e suas marcas, o eixo Niquelina-Juramento oferece a oportunidade de compreensão daquela conformação suburbana da cidade, desde o antigo Bairro do Quartel ao atual Bairro Santa Efigênia [10].

A relevância desse eixo se dá não somente por sua permanência enquanto caminho, mas pelo que se concretizou às bordas dessa via, isto é, aquilo que perdurou além do tráfego. Nas Ruas Niquelina e Juramento algumas edificações antigas como a própria cidade tem sua fachada compondo as margens das vias há dezenas de anos. Pelas varandas, gerações de moradores viram a cidade se expandir, ao mesmo tempo em que se reconfigurava a própria edificação, a partir das demandas surgidas pelo tempo [11].

4 A NATUREZA MILITAR DA REGIÃO

A região do Santa Efigênia formou-se com a presença de um dos primeiros prédios públicos da Nova Capital, o 1º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais [8], o que atraiu aos arredores a ocupação por militares transferidos da antiga capital Ouro Preto. A devoção desses militares por Santa Efigênia deu origem ao nome do bairro [8].

O bairro foi ocupado pelos soldados, mas também por operários e pessoas com menor poder aquisitivo. O Batalhão Militar e a praça Belo Horizonte tinham como vizinha a 8ª seção suburbana, onde foram construídas “casas modestas para militares”, dada a proximidade desse subúrbio à instituição [12]. A movimentação acarretada pelo Batalhão e suas figuras levou ao bairro o bonde urbano. O ramal do Quartel tinha seu ponto final na rua Niquelina [12]. A implementação de linhas de bondes que saíam da zona urbana em direção à zona suburbana surge a partir da alta demanda de transporte para a população residente nas periferias da cidade, que crescia mais do que a população da zona urbana.

5 RELAÇÕES TOPONÍMICAS

Conforme as ocupações do território se alteram, também não permanecem seus significantes. Dado o sem-número de desdobramentos urbanos ocorridos em Belo Horizonte desde antes de se chamar assim, apresenta-se o quadro abaixo para uma elucidação das variantes toponímicas presentes no estudo (Quadro 1):

Quadro 1 - Correlação temporal de nomenclaturas urbanas de Belo Horizonte.

Atualmente	Durante a construção da capital	Antes da construção da capital
Rua Niquelina	Transição Estrada de Sabará para Rua Nickelina ¹	Estrada de Sabará (trecho fora da Contorno)
Rua Juramento	Estrada Nova Lima	Estrada de Sabará (trecho fora da Contorno)
<i>inexistente</i>	Estrada de Sabará – em extinção	Estrada de Sabará (trecho dentro da Contorno)
Bairro Santa Efigênia	Bairro do Quartel (3ª seção urbana + 8ª seção suburbana)	Fazenda do Cercado
Belo Horizonte	Cidade de Minas (1890-1901)	Curral Del Rey ou Arraial Bello Horizonte (arraial na Fazenda do Cercado)
Avenida Alfredo Balena	Av. Mantiqueira	<i>inexistente</i>
Avenida do Contorno	Avenida 17 de Dezembro	<i>inexistente</i>

Fonte: Autores

6 A MARCA DO TEMPO

6.1 1942: RUA NIQUELINA E ESTRADA NOVA LIMA

A primeira análise trata-se da aerocarta de 1942, na qual a rua Juramento se chamava “Estrada Nova Lima”. Havia baixa concentração de edificações na sua extensão à essa época, provavelmente pela região não ter recebido prioridade de ocupação nos planos da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) [5], constando nos registros

¹ A grafia “Nickelina” se encontra em jornais dos anos 1930. Registra-se aqui para que se saiba da discreta (mas existente) variação.

oficiais o planejamento de ocupação somente das seções I a VII da área urbana e das seções I e VI da zona suburbana, para os primeiros 30.000 habitantes² [13].

Na outra ponta do eixo, porém, a Rua Niquelina apresentava situação oposta à da estrada Nova Lima. A concentração de edificações nas proximidades com a Avenida do Contorno ilustra a ocupação advinda do Batalhão, que junto à praça Floriano Peixoto, é porta de entrada da Niquelina ao se sair da zona urbana. A aglomeração de imóveis nesse trecho exprime uma complexidade urbana que outros pontos da cidade ainda não tinham, mesmo em meados do século XX, inclusive dentro do perímetro da Contorno [14]. No documento de 1942 é possível enxergar as poucas edificações tombadas da rua Niquelina³, contidas no polígono do conjunto urbano da praça Floriano Peixoto [15].

6.2 1972 E 1989: RUAS NIQUELINA E, FINALMENTE, JURAMENTO

Na aerocarta de 1972, a Estrada Nova Lima se converte em acréscimo, a oeste, da Rua Niquelina, e a leste, em Rua Juramento. Tanto nesta aerocarta, quanto na anterior, ainda se vê o Ribeirão Arrudas em um suave paralelismo com o eixo da Rua Niquelina. Ao comparar o adensamento urbano deste documento com o supracitado, 30 anos mais velho, fica nítido o aumento vertiginoso da ocupação das ruas Niquelina e Juramento dentro desse período. Algumas quadras passam de nenhuma ocupação para ocupação quase completa no intervalo. Entre 1947 e 1951 – gestão do prefeito Otacílio Negrão de Lima – muitos loteamentos foram aprovados nas periferias de Belo Horizonte, ainda que houvesse uma quantidade considerável de vazios dentro da região central, esta já dotada de infraestrutura urbana [16]. Essa ação, porém, além de deslocada da lógica de se ocupar espaços já infraestruturaizados, foi também tardia, dado ao fato de que já haviam loteamentos ilegais nas periferias. Os loteadores clandestinos foram mais ágeis que a Prefeitura no parcelamento do solo urbano periférico [14]. A autonomia da clandestinidade a desvincula do controle público. A análise desse período traz à tona a

² Frisamos que o sítio onde se implantou Belo Horizonte já era povoado antes da Nova Capital, o que implica em ressalvas ao dado dos “primeiros 30.000 habitantes” citados por Abílio Barreto.

³ Edificações destacadas na Figura 5, e constantes em todas as plantas apresentadas neste trabalho.

construção partida da cidade, onde crescimento populacional e de infraestrutura urbana tem valores inversamente proporcionais [16]. Com essa reflexão, Villaça (2001) aponta um processo que tangeria a historicidade de territórios como o eixo Niquelina-Juramento. O crescimento, inicialmente furtivo, percebido na aerocarta, sabendo-se da relação municipal tardia com a questão, sugere uma cidade “suburbana” mais sujeita ao acaso do que a cidade “urbana”. Ao acaso, por definição, tudo pode-se memorizar, inclusive nada.

Na aerocarta de 1989, o adensamento da região do Santa Efigênia se mostra consolidado, e ocupando um ponto da cidade aprazível em termos de mobilidade. Villaça aponta para o valor da localização como “dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la” [16]. Pode-se considerar o eixo em questão enquanto “ponto valorizado”, seguindo na acepção de Villaça, uma vez que desfruta de certa praticidade de comunicação com o centro da cidade. Contudo, a partir das condições de renda da população que constitui esse adensamento, a rua Niquelina é destacada enquanto eixo específico num relatório público para o Programa para Aumento da Capacidade Operacional de Transporte e Trânsito [17]. Nesse estudo, que diagnostica o quadro do sistema de transporte coletivo em 1977, argumenta-se sobre a alta demanda de ônibus na região, dada a ocupação acima da média para a região metropolitana, e de uma população de baixo poder aquisitivo [17].

Observa-se, a essa altura, a vocação de protagonismo do logradouro, apesar da sua largura modesta (herança e comprovação de sua idade, talvez, nascida num certo tempo onde a largura das vias era de menor importância). No entanto, ainda que conte com certo protagonismo ao se considerar o seu aspecto de *caminho*, o eixo parece sucumbir à fugacidade do lugar de *passagem*. Aquilo que se edifica em suas margens, de alguma forma, parece se prostrar ao rito do movimento da cidade moderna, como se propôs Belo Horizonte. Nesse ínterim, aos bens imóveis do lugar não resta muito fôlego para contar sua história, seja em partes pelo citado caráter de caminho, em partes pela posição periférica em relação a outros eixos conservados da cidade.

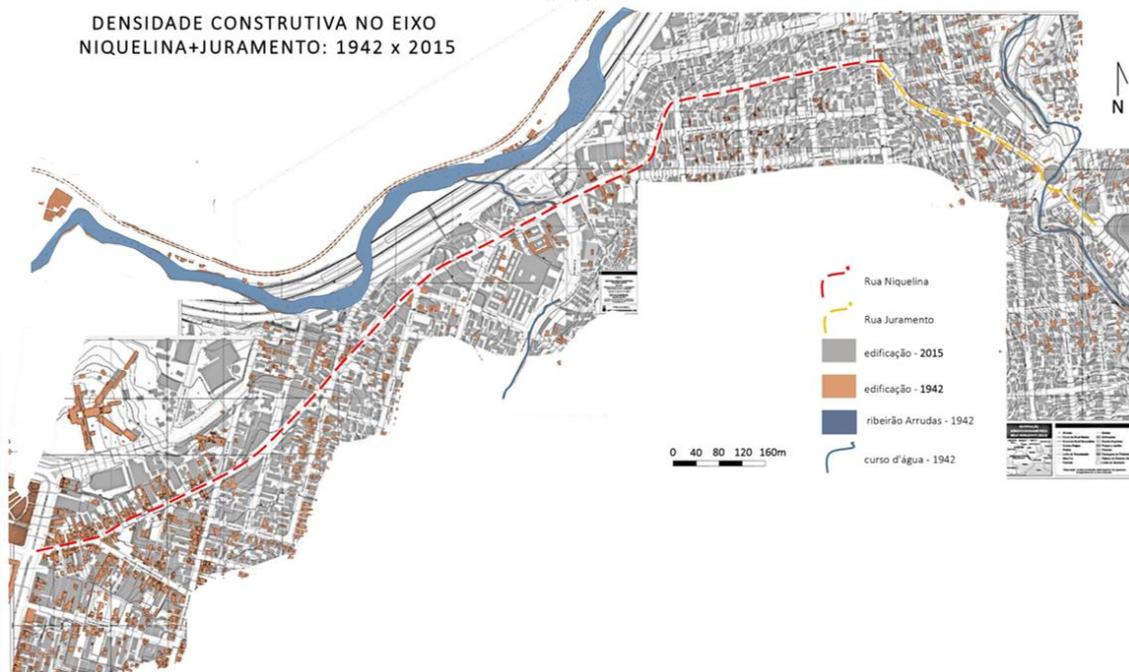
6.3 2015: RUA NIQUELINA, RUA JURAMENTO E O PATRIMÔNIO

A aerocarta de 2015 representa o estágio contemporâneo do eixo Niquelina-Juramento. A própria construção cartográfica difere das outras, revelando os largos passos da tecnologia de representação espacial desde a última planta urbana adotada. De acordo com o Censo de 2010, a região em estudo conta com uma população de aproximadamente 22.500 habitantes [18]. Pelas duas ruas passam hoje 17 linhas de ônibus, e nas proximidades da Avenida do Contorno há a estação de metrô Santa Efigênia, enquanto nas proximidades do entroncamento Niquelina-Juramento há a estação de metrô Santa Teresa [19].

Com um traço arquitetônico predominantemente contemporâneo, a paisagem do eixo se encontra ensimesmada no presente, salvo os imóveis tombados em 1991. Trata-se de um grupo de sete edificações com tombamento municipal, componentes do Conjunto Urbano Praça Floriano Peixoto, também protegido pelo mesmo instrumento. Além desse, a Rua Niquelina foi tombada enquanto trajeto do entorno da Área de Proteção da Serra do Curral [20]. Tais iniciativas são louváveis, sobretudo essa ~~aquela~~ incomum de reconhecer o valor cultural e histórico de um *trajeto*. Nos dois atos, porém, tanto os imóveis quanto o eixo Niquelina-Juramento têm caráter coadjuvante.

A fim de sintetizar a evolução da ocupação do eixo entre os anos de 1942 e 2015, compilou-se as plantas referentes a esses dois anos (Mapa 1), para uma sensibilização visual do intenso adensamento pelo qual passou a região em pouco mais de setenta anos.

Mapa 1 - Densidade construtiva entre 1942 e 2015, a partir da sobreposição das aerocartas dos respectivos anos.



Fonte: Prodabel (adaptado), 2020.

7 CONCLUSÃO

A partir da compreensão do contexto de formação do eixo analisado, o percebemos enquanto resultado de uma série de atravessamentos sociais, legais e territoriais. Não ao acaso eleito para esta pesquisa, o eixo existe enquanto rota remanescente do povoado que antecedeu a conformação de Belo Horizonte e, ao mesmo tempo, enquanto traçado resistente à ortogonalidade ora proposta para a região. Tais características, tácitas e históricas, poderiam delegar às ruas Niquelina e Juramento o destaque dentre tantas vias – tendo cada uma sua respeitável história e alma, como poetizou João do Rio.

A nível de comparação local, na região central da cidade há um eixo tombado: a Rua da Bahia. O Artigo 1º da Lei Municipal 7.620/1998, institui o Eixo Cultural Rua da Bahia Viva, visando sua preservação e vitalidade enquanto patrimônio municipal [21]. Tal ato demonstra a disposição da Municipalidade em preservar o patrimônio arquitetônico e urbanístico de um traçado caro à história da cidade, como o é a Rua da

Bahia. Por que seria desprezível o valor histórico do eixo Niquelina-Juramento? A localização dá a pista: enquanto a Rua Niquelina fica fora da antiga zona urbana, seguida da ainda mais suburbana Juramento, a Rua da Bahia parte do hipercentro da cidade, se aproxima do antigo Palácio da Liberdade, antiga sede do Governo do Estado, e finda no bairro de classe média alta do Lourdes. Mencionamos essa comparação tão somente para destacar como as instituições de preservação patrimonial tem, sim, condições e instrumentos para o cuidado de um eixo histórico. A questão que nos acompanha a partir dessa conclusão tem cunho histórico-territorial: em que lugar da memória e como a cidade guarda sua relação com a pré-história do seu território? não somente a história que lhe antecedeu, mas também aquela vivida nos momentos propriamente belorizontinos, após o ano de 1897, até a contemporaneidade. Ou, ainda, se questiona se a cidade reconhece a memória do eixo Niquelina-Juramento.

A análise cartográfica e o georreferenciamento do sítio apresentado desvelam sua historicidade, bem como sinalizam a relação desenvolvida com o entorno, com a mobilidade ou com o próprio uso do solo. Essas conexões foram percebidas através do cruzamento de informações em formatos diversos, como explicitado: cartogramas, textos, legislações. Acessar o argumento histórico do patrimônio arquitetônico e urbano naturalmente envolve o ato de cruzar informações de variados formatos, estejam onde for, sobretudo por se tratar de objetos funcionais antes de qualquer outra acepção. Nesse sentido, o georreferenciamento, experimentado neste estudo, se mostra como amálgama propícia à reunião e articulação de uma série de dados que tangem a patrimonialidade urbana e arquitetônica. Para além, a visualização georreferenciada desses dados compele à consideração do entorno: o bem imóvel, no contexto urbano, quase nunca está só. O caso da Rua da Bahia mostra que essa territorialidade, inerente ao ambiente urbano, é cuidada quando é registrada. Nesse sentido, pode-se questionar: o eixo Niquelina-Juramento não é tratado porque não é patrimonializado, ou não é patrimonializado porque não é tratado? Aparentemente em alguma medida, o fato do seu não reconhecimento enquanto eixo histórico de Belo Horizonte impacta na preservação de sua memória, e esse reconhecimento se dá, dentre outros documentos, pelo registro cartográfico – realizado, hoje, pelas ferramentas SIG. Estar no mapa, de certo modo, é existir. Se a cartografia



oferece a possibilidade de mapear além da própria topografia, mas também junto dela os dados que contam a história cultural de um bem imóvel, talvez seja possível vislumbrar ações que liguem mais diretamente os caracteres históricos e geográficos inatos a esse objeto e *eternizá-los* na memória e no tempo.

REFERÊNCIAS

- [1] Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN. Banco de Dados: Patrimônio Arqueológico. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1701/>>. Acesso em 06 setembro 2020.
- [2] Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. IEPHA. Dados Espaciais. Disponível em <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/dados-geoespaciais>>. Acesso em 03 agosto 2021.
- [3] Guia do Bem. Mapa Cultural. Disponível em: <<https://guiadobem.org/>>. Acesso em 03 agosto 2021.
- [4] PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Atendimento de Geoprocessamento. IDE-BHGeo, 2020. Disponível em <<https://bhgeo.pbh.gov.br/atendimento>>. Acesso em 24 abr. 2020.
- [5] Aguiar, Tito Flávio Rodrigues. **Vastos subúrbios da nova capital:** Formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006, p. 31.
- [6] Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. **Secretaria de estado da fazenda:** projeto executivo de restauração. Belo Horizonte, 2006, p. 4.
- [7] Campos, Rafael. Primeiros moradores do bairro Santa Efigênia eram militares vindos de Ouro Preto. Revista Encontro, s.l., 2017. Disponível em <encurtador.com.br/owIV9>. Acesso em 06 maio 2020.
- [8] Polícia Militar De Minas Gerais. Histórico do 1º BPM. Disponível em <encurtador.com.br/eiDIR>. Acesso em 06 de maio de 2020.
- [9] Barreto, Abílio. **Belo Horizonte** – memória histórica e descritiva – história antiga. v. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996a, p. 108.
- [10] Curral Del Rey. Rua do Sabará no ano de 1895. s.l., s.d. Disponível em <encurtador.com.br/eEOW5>. Acesso em 06 maio 2020.
- [11] Alves, Letícia, SALES, Gabriela. Horizontes. Casarões do início do século passado estão abandonados. Hoje em Dia, s.l., 2015. Disponível em <encurtador.com.br/NPQYZ>. Acesso em 06 maio 2020.

[12] Filgueiras, Zuleide Ferreira. A Itália no horizonte do curral del rey. **Confluência: revista do instituto de língua portuguesa**, Rio de Janeiro, n. 39/40 – 2º semestre de 2010/1º semestre de 2011.

[13] Barreto, Abílio. Belo Horizonte – memória histórica e descritiva – história antiga. v. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996a.

[14] Fundação João Pinheiro. Panorama de Belo Horizonte – atlas histórico. Belo Horizonte/Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais Belo Horizonte, 1997. 104 p. (Coleção Centenário)

[15] Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Histórias de Bairros [de] Belo Horizonte: Regional Leste. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008.

[16] Villaça, Flávio. A estrutura urbana básica. In: Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Nobel, 2001.

[17] Minas Gerais. Termo de referência: Eixo 7 – Rua Niquelina. Belo Horizonte: Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana – PLAMBEL, jul. 1977.

[18] PNUD, IPEA, FJP. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em 29 mar. 2020.

[19] Fundação João Pinheiro. Omnibus: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro - Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. 380 p. (Coleção Centenário).

[20] Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Deliberação Nº 147/2003. Aprova o tombamento definitivo das 04 Sub-áreas da Serra do Curral e dá outras providências. Diário Oficial do Município. Jan. 2004. Disponível em <encurtador.com.br/anBFS>. Acesso em 18 jun. 2020.

[21] Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Lei Nº 7.620/1998. Institui o Eixo Cultural Rua da Bahia Viva e dá outras providências. Diário Oficial do Município. Dez. 1998. Disponível em <encurtador.com.br/hlntJ>. Acesso em 29 jun. 2020.